

DUARTE NUNO ARAÚJO

PATRÍCIA CARDOSO

JOSÉ NOVAIS

Manual de Prestação de Contas nas Sociedades Comerciais



O processo de relato financeiro em **SNC**

3ª EDIÇÃO

Com apresentação de
António Domingues de Azevedo
Bastonário da OTOC

Ficheiros com quadros de apoio disponíveis em
www.manualdeprestacaodecontas.com



APRESENTAÇÃO

Apresentar contas, dar a conhecer o estado económico e financeiro das empresas, embora numa primeira mão aos interessados no capital, deixou de ser uma tarefa de carácter interno e passou a ser uma necessidade de carácter geral.

Na verdade, as empresas, embora cingidas a uma área de comando específico dos detentores do seu capital, são realidades que, pela sua importância na estrutura social em que se inserem, interessam a toda uma sociedade.

Daí que o conhecimento do seu estado económico e financeiro, o que nos é dado pelos documentos de apresentação de contas, se revele cada vez mais importante, não só aos interessados directos nos resultados obtidos, mas também a todos a quem eles interessam, não apenas numa óptica de rentabilidade, mas fundamentalmente numa óptica de sustentabilidade e continuidade das empresas.

A apresentação de contas tem, de algum modo, sido vista como um aspecto meramente acessório da actividade da empresa, sendo visionada como uma espécie de inevitabilidade emergente das demonstrações financeiras.

Evidentemente que elas são a demonstração do estado económico e financeiro das empresas, mas a forma como elas são apresentadas e a informação que as acompanha acabam por restringir ou aumentar a importância da sua apresentação.

A uma apresentação de contas estruturada, com informação que transversalmente nos dê a conhecer os fenómenos ou situações mais sensíveis da empresa, corresponde um conhecimento mais profundo da sustentabilidade da saúde económica e financeira e, naturalmente da continuação sustentada da empresa como unidade económica e geradora de riqueza social.

Dar dignidade ao acto de apresentação de contas, antever as partes mais sensíveis do seu relato para uma maior compreensibilidade da realidade empresarial, é uma missão para a qual, indubitavelmente, a presente obra concorre e que, no novo contexto do SNC, ganha uma nova e acrescida importância.

Na verdade, o relato, até pelas opções que enformam a informação contabilística, revela-se cada vez mais importante. Realidades iguais ou semelhantes podem ter um tratamento e efeito completamente diferente na empresa, o que só poderá ser diferenciado e compreendido por um relato completo e esclarecido na apresentação das contas das empresas.

A presente obra, da forma como está estruturada, constitui não só um excelente manual orientador da estrutura da apresentação das contas, mas também um aliciente ensinamento sobre a sua fundamentação, daí o considerar como uma obra fundamental a ser consultada pelos profissionais e estudantes da contabilidade, em princípio os mais vocacionados para o relato financeiro.

Finalmente, aos seus autores, dado serem todos Técnicos Oficiais de Contas, o reconhecimento da Ordem, pois com o presente trabalho dignificam a contabilidade e a profissão.

Bem hajam.

Lisboa, 3 de Janeiro de 2011

O Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

(A. Domingues de Azevedo)

ÍNDICE

ÍNDICE	9
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
NOTAS PRÉVIAS.....	17
NOTA DOS AUTORES.....	17
CONTEÚDOS E ÂMBITO.....	19
LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA A CONSULTA DO MANUAL.....	21
Elementos facilitadores da exposição narrativa	21
Conceitos e termos recorrentes	21
Os modelos de quadros propostos no manual	22
Os modelos de quadros incluídos nos ficheiros disponibilizados	24
Outros aspectos	25
A IMPORTÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	27
1. A PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	29
1.1. DEVER DE RELATAR A GESTÃO E APRESENTAR CONTAS.....	31
1.2. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	31
1.2.1. Enquadramento macroeconómico e sectorial	32
1.2.2. Factos relevantes ocorridos no período	32
1.2.3. Evolução da actividade	32
1.2.4. Resultado das operações.....	32
1.2.5. Política de investimentos.....	33
1.2.6. Actividades de investigação e desenvolvimento	34
1.2.7. Recursos humanos	35
1.2.8. Sucursais.....	36
1.2.9. Participadas.....	37
1.2.10. Situação patrimonial.....	37
1.2.11. Perda de metade do capital.....	39
1.2.12. Principais riscos e incertezas	40
1.2.13. Matérias ambientais	41
1.2.14. Acções e quotas próprias.....	41
1.2.15. Participações detidas por membros de órgãos de administração e fiscalização.....	42
1.2.16. Publicidade de participação de accionistas	43
1.2.17. Contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores	43
1.2.18. Dívidas à Segurança Social	44
1.2.19. Dívidas em mora ao Estado	44
1.2.20. Os factos relevantes ocorridos após o termo do período	44
1.2.21. Evolução previsível da sociedade	46
1.2.22. Proposta de aplicação dos resultados.....	46
1.3. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS	48
1.3.1. Disponibilidade da informação para a assembleia geral	48
1.3.2. Aprovação do relatório e contas anuais	49
1.3.3. Quórum deliberativo	50
1.3.4. Falta de apresentação e deliberação das contas	50
1.4. CASO PARTICULAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SOCIEDADES OBRIGADAS À CONSOLIDAÇÃO.....	51
1.4.1. Regime jurídico da consolidação de contas	51
1.4.2. Particularidades do relatório de gestão	52

1.4.3.	Aprovação e apreciação das contas anuais	52
1.5.	CASO PARTICULAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES	54
1.5.1.	Breve caracterização do processo de dissolução e liquidação de sociedades	54
1.5.2.	Prestação de contas de dissolução	54
1.5.3.	Prestação de contas de liquidação	54
2.	OS REFERENCIAIS CONTABILÍSTICOS VIGENTES	57
3.	AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SNC	61
3.1.	ESTRUTURA CONCEPTUAL	61
3.1.1.	Conjunto completo de demonstrações financeiras	61
3.1.2.	Utentes das demonstrações financeiras	62
3.1.3.	Objectivos das demonstrações financeiras	63
3.1.4.	Pressupostos subjacentes às demonstrações financeiras	63
3.1.5.	Características qualitativas	64
3.1.6.	Constrangimentos à preparação de informação relevante e fiável	64
3.1.7.	Imagem verdadeira e apropriada	64
3.1.8.	Elementos das demonstrações financeiras	65
3.1.9.	Mensuração dos elementos das demonstrações financeiras	65
3.2.	BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
3.2.1.	Âmbito, finalidade e componentes	66
3.2.2.	Continuidade	67
3.2.3.	Regime de periodização económica	67
3.2.4.	Consistência de apresentação	67
3.2.5.	Materialidade e agregação	67
3.2.6.	Compensação	68
3.2.7.	Informação comparativa	68
3.3.	ESTRUTURA, CONTEÚDO E MODELOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
3.3.1.	Identificação das demonstrações financeiras	69
3.3.2.	Período de relato	69
3.3.3.	Responsabilidade pela preparação das demonstrações financeiras	69
3.3.4.	Balanço	70
3.3.4.1.	Informação que proporciona	70
3.3.4.2.	Distinção entre itens correntes e não correntes	70
3.3.4.3.	Informação a ser apresentada na face do balanço	72
3.3.4.4.	Informação a ser apresentada no anexo	72
3.3.4.5.	Outras características e alterações introduzidas pelo SNC	73
3.3.4.6.	Modelo geral	73
3.3.4.7.	Modelo reduzido	75
3.3.5.	Demonstração dos resultados por naturezas	76
3.3.5.1.	Informação que proporciona	76
3.3.5.2.	Informação a ser apresentada na face da demonstração dos resultados	76
3.3.5.3.	Informação a ser apresentada no anexo	77
3.3.5.4.	Outras características e alterações introduzidas pelo SNC	77
3.3.5.5.	Modelo geral	78
3.3.5.6.	Modelo reduzido	79
3.3.6.	Demonstração dos resultados por funções	79
3.3.6.1.	Informação que proporciona	79
3.3.6.2.	Modelo	80
3.3.7.	Demonstração de fluxos de caixa	81
3.3.7.1.	Informação que proporciona	81

3.3.7.2. Modelo	82
3.3.8. Demonstração das alterações no capital próprio	83
3.3.8.1. Informação que proporciona	83
3.3.8.2. Outras características	85
3.3.8.3. Modelo	86
3.3.9. Anexo	88
3.3.9.1. Informação que proporciona	88
3.3.9.2. Alterações introduzidas pelo SNC	88
3.3.9.3. Estrutura	88
4. AS DIVULGAÇÕES DO ANEXO NO SNC	91
Nota 1. Identificação da entidade	92
Nota 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	94
Nota 3. Principais políticas contabilísticas	98
Nota 4. Fluxos de caixa	101
Nota 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	104
Nota 6. Partes relacionadas	108
Nota 7. Activos intangíveis	112
Nota 8. Activos fixos tangíveis	122
Nota 9. Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	130
Nota 10. Locações	134
Nota 11. Custos de empréstimos obtidos	143
Nota 12. Propriedades de investimento	145
Nota 13. Imparidade de activos	153
Nota 14. Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas	160
Nota 15. Concentração de actividades empresariais	168
Nota 16. Investimentos em subsidiárias e consolidação	178
Nota 17. Exploração e avaliação de recursos minerais	182
Nota 18. Agricultura	184
Nota 19. Inventários	191
Nota 20. Contratos de construção	199
Nota 21. Rédito	201
Nota 22. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	204
Nota 23. Subsídios do Governo e apoios do Governo	208
Nota 24. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	212
Nota 25. Acontecimentos após a data do balanço	216
Nota 26. Impostos sobre o rendimento	219
Nota 27. Matérias ambientais	228
Nota 28. Instrumentos financeiros	234
Nota 29. Benefícios dos empregados	247
Nota 30. Divulgações e exigidas por diplomas legais	259
Nota 31. Outras informações	262
5. O PROJECTO DA NCM	263
5.1. OS INSTRUMENTOS DA NCM	263
5.2. ESTRUTURA CONCEPTUAL	264
5.3. BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	264
5.4. ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	265
5.5. MODELOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA MICROENTIDADES	265
5.5.1. Modelo de balanço	265
5.5.2. Modelo de demonstração dos resultados por naturezas	266
5.5.3. Modelo de anexo	267

5.6. AS DIVULGAÇÕES DO ANEXO DA NCM.....	268
Nota 1. Identificação da entidade	269
Nota 2. Referencial contabilístico	270
Nota 3. Principais políticas contabilísticas.....	272
Nota 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	273
Nota 5. Activos fixos tangíveis.....	276
Nota 6. Activos intangíveis	278
Nota 7. Locações.....	282
Nota 8. Inventários	283
Nota 9. Rédito.....	285
Nota 10. Provisões	286
Nota 11. Subsídios do Governo.....	287
Nota 12. Impostos sobre o rendimento.....	289
Nota 13. Activos e passivos financeiros	290
Nota 14. Capital próprio.....	293
Nota 15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	294
Nota 16. Outras informações.....	294
BIBLIOGRAFIA.....	295

NOTAS PRÉVIAS

NOTA DOS AUTORES

Aproveitando a profunda reflexão que a introdução do SNC proporcionou sobre a matéria da preparação e da prestação de contas em Portugal, e após superadas, pela generalidade dos profissionais da área, as fases da aprendizagem e da definição, reconhecimento e mensuração dos elementos que integram as demonstrações financeiras, para o sucesso das quais contribuíram uma dinâmica de adaptação sem precedentes demonstrada por esses mesmos profissionais, bem como as inúmeras e valorosas obras entretanto publicadas sobre esta matéria, julgamos chegado o momento de também contribuir para a reflexão sobre as boas práticas da prestação de contas, propósito último de todo o processo de relato financeiro.

De facto, dos muitos contactos que na nossa prática profissional estabelecemos com outros profissionais da área (gerentes, administradores, directores financeiros, técnicos oficiais de contas, revisores oficiais de contas, consultores, entre outros), constatamos uma crescente preocupação e sensibilidade:

- Para a importância do relatório de gestão num contexto em que as expectativas e as estimativas da gestão afectam em larga medida as demonstrações financeiras;
- Para o cumprimento das acrescidas exigências que o SNC introduziu em matéria de divulgações; e
- Para a qualidade do relato financeiro como um elemento necessário e diferenciador na relação entre as empresas e a sociedade.

Em face do exposto, esta obra tem a ambição:

- De assumir-se como um manual de boas práticas na prestação de contas das sociedades comerciais, contribuindo para a disciplina e cultura da boa prestação de contas em Portugal;
- De fundar um repositório exaustivo das obrigações de divulgação no relatório e contas, constituindo-se assim como uma referência para a teoria e prática da prestação de contas em Portugal;
- De auxiliar na compreensão da estrutura e dos conteúdos de relato prescritos pelo SNC, com especial enfoque para as divulgações exigidas para o anexo; e
- De ajudar na leitura e interpretação dos documentos que materializam a prestação de contas em Portugal.

Adicionalmente, considerando a preponderância das designadas microentidades no tecido empresarial português, esta obra também inclui uma primeira análise à estrutura e aos conteúdos de relato previstas no projecto do modelo da normalização contabilística para microentidades (NCM) aprovado no Conselho Geral da CNC de 29 de Setembro de 2010, e que, carecendo, à data de encerramento desta edição, de força de lei, deverá ser considerado como meramente indicativo e ser objecto de adequada monitorização e comparação face à versão que vier a ser legalmente aprovada.

Na persecução destes objectivos, para além de uma abordagem descritiva à importância, ao processo, aos elementos e aos conteúdos mínimos da prestação de contas, desenvolvemos os nossos esforços no sentido de auxiliar na interpretação e na apresentação das informações exigidas, sobretudo em matéria de divulgações, pelo que, sempre que possível e julgado adequado, assumimos o risco da sugestão de quadros modelo a apresentar em complemento às divulgações narrativas, sempre incontornáveis num processo de relato financeiro.

Mais do que um ponto de chegada, estes quadros modelo, desenvolvidos no intuito de ver sintetizadas o máximo das informações exigidas a cada momento, deverão ser:

- Entendidos como um contributo de reflexão e um ponto de partida para cada processo de relato;
- Analisados quanto à respectiva adequabilidade e aplicabilidade a cada caso concreto; e
- Adaptados, muitas das vezes no sentido da simplificação, em função das especificidades das informações a relatar.

Com esta abordagem, em prejuízo de uma outra que através de exemplos específicos pudesse ser mais ilustrativa, e que seria complementar, pretendemos dotar os profissionais da área, sobretudo aqueles responsáveis pela preparação e pela prestação de contas, de um repositório das informações exigidas, bem como de um instrumento de reflexão prévia, suficientemente robusto para abranger a generalidade das situações com que se deparam na sua prática corrente.

Assim, identificado o momento, e sentido o impulso, lançámo-nos à preparação deste manual sobre a prestação de contas nas sociedades comerciais, no intuito sincero de contribuir para a melhoria do processo de relato financeiro em Portugal, e esperando que o mesmo se revista de utilidade para aqueles que nele participam e para aqueles que dele beneficiam.

Os autores

28 de Dezembro de 2010

1. A PRESTAÇÃO DE CONTAS

As sociedades comerciais estão orientadas para a realização de lucros. Os sócios realizam as suas entradas a favor da sociedade, na expectativa de que estas serão acrescidas de lucros, que lhe serão distribuídos anualmente ou na liquidação da sociedade. Só é possível verificar se as sociedades estão a realizar lucros através de meios de avaliação da sua situação patrimonial e do desempenho das suas operações. Estes meios são justamente a escrituração de todos os actos da sociedade com efeitos patrimoniais e a prestação de contas.

Na sua qualidade de comerciantes, as sociedades comerciais são especialmente obrigadas a ter “*escrituração mercantil*” e “*a dar balanço e a prestar contas*”.

Podemos dizer que a prestação de contas é a avaliação, documentação e divulgação da situação patrimonial, bem como das alterações patrimoniais das sociedades num determinado período, com o objectivo de informar terceiros e também os próprios prestadores de contas.

Importa salientar que o conteúdo da obrigação de prestar contas, mais concretamente, a extensão da informação financeira a divulgar, varia positivamente em função da dimensão empresarial da sociedade, até porque as entidades de maior dimensão, encerrando uma maior relevância económica, deverão apresentar informação mais alargada, dispondo, em princípio, dos meios necessários para suportar os custos associados à prestação de contas.

Neste contexto, de uma forma simplista e breve, a prestação de contas compreende pelo menos: (i) o balanço, que privilegia a situação patrimonial da sociedade num determinado momento, (ii) a demonstração dos resultados, que privilegia a dinâmica da evolução do património, (iii) o anexo, que desenvolve e complementa o balanço e a demonstração dos resultados, (iv) a demonstração de fluxos de caixa, que permite conhecer como é que a sociedade gerou e utilizou dinheiro durante o período, e (v) o relatório de gestão, que deve incluir uma exposição fiel e clara da “*evolução dos negócios*” e “*do desempenho da posição da sociedade*”.

No que respeita ao relatório de gestão, para além do mero relato sobre o período de relato, inclui as expectativas do órgão de gestão para o futuro, sendo obrigatoriamente mencionados, os factos relevantes ocorridos após o termo do período e a evolução previsível da sociedade. Este relatório contém também uma proposta de aplicação dos resultados devidamente fundamentada.

Por outro lado, em anexo ao relatório de gestão devem ser apresentadas informações relevantes para o conhecimento da estrutura accionista da sociedade, bem como das acções detidas e transaccionadas no último período pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Apesar de o relatório de gestão ter como finalidade dar uma visão clara e fiel da sociedade, o mesmo pode, e deve, ser utilizado como um espaço de exposição subjectiva que, por exemplo, englobe comentários sobre as práticas ambientalistas da entidade e apreciações sobre as condições económicas e políticas que afectem a actividade da entidade.

Acresce referir que a prestação de contas também reveste interesse público, pois serve de base à publicidade do relatório e contas e à tributação dos rendimentos das pessoas colectivas.

Em termos sucintos e de acordo com a legislação comercial e fiscal em vigor, a prestação anual de contas compreende as seguintes vertentes:

Destinatários		Sócios	Administração Fiscal	Registo Comercial
Responsabilidade elaboração		Órgão de gestão	Órgão de gestão	Órgão de gestão
Base legal		Código das Sociedades Comerciais	Código do IRC	Código das Sociedades Comerciais e Código do Registo Comercial
Objectivo principal		Deliberação sobre o relatório e contas e aplicação dos resultados	Liquidação do IRC	Assegurar a publicidade das contas
Local de apresentação		Assembleia geral ordinária	Portal das Finanças www.portaldasfinancas.gov.pt	
Documentos de prestação de contas	Demonstrações financeiras	✓		
	Relatório de gestão	✓		
	Parecer do órgão de fiscalização	✓		
	Certificação legal das contas	✓		
	Acta da AG de aprovação de contas			✓
	Declaração Modelo 22 do IRC		✓	
	IES		✓	✓
	Dossier Fiscal		✓	
Prazos	Contas individuais sem aplicação do método de equivalência patrimonial	3 meses a contar da data do encerramento de cada período anual (n.º 5 do artigo 65.º do CSC)	IES: até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do período (artigo 121.º do CIRC)	Até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do período (n.º 4 do artigo 15.º do CRC)
	Contas individuais com aplicação do método de equivalência patrimonial	5 meses a contar da data do encerramento de cada período anual (n.º 5 do artigo 65.º do CSC)	M22 IRC: até ao último dia útil do 5.º mês posterior à data do termo do período (artigo 120.º do CIRC)	
	Contas consolidadas			

Actualmente, o registo da prestação de contas consiste no depósito, por transmissão electrónica de dados, e de acordo com os modelos oficiais fixados legalmente, da informação constante dos seguintes documentos (contas individuais e consolidadas):

- Acta de aprovação das contas do período e da aplicação dos resultados;
- Balanço, demonstração dos resultados e anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- Certificação legal das contas;
- Parecer do órgão de fiscalização, quando exista.

Por último salientamos que a profundidade e a extensão das informações divulgadas no processo de prestação de contas devem ser ponderadas casuisticamente, sendo que, em nossa opinião, e sem prejuízo de serem apresentadas todas as informações exigidas a cada momento pelos normativos, as divulgações deverão ser aprofundadas até ao ponto em que tal se traduza em informação útil para os utentes, mas sem que se comprometam os normais segredos de negócio.

1.1. DEVER DE RELATAR A GESTÃO E APRESENTAR CONTAS

Os membros do órgão de gestão devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do período e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada período. Este dever de relato e prestação de contas está sujeito às seguintes regras gerais:

- **Periodicidade:** o relatório de gestão e as contas devem ser preparados com regularidade anual;
- **Legalidade:** a elaboração do relatório de gestão, das contas e dos demais documentos de prestação de contas deve obedecer ao disposto na lei. O contrato de sociedade pode complementar, mas não derrogar, essas disposições legais;
- **Subscrição:** o relatório de gestão e as contas devem ser assinados por todos os membros do órgão de gestão, sendo que a recusa de assinatura por qualquer deles deve ser justificada no documento a que respeita e explicada pelo próprio perante o órgão competente para a aprovação, ainda que já tenha cessado as suas funções;
- **Tempestividade:** o relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas devem ser apresentados ao órgão competente e por este apreciados, salvo casos particulares previstos na lei, no prazo de três meses a contar da data do encerramento de cada período, ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se trate de sociedades que devam apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método da equivalência patrimonial.

1.2. RELATÓRIO DE GESTÃO

De acordo com o CSC, o relatório de gestão deve conter a seguinte informação mínima em matéria de caracterização e evolução da gestão:

- Uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta;
- Uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da posição da sociedade, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua actividade;
- Referências de desempenho não financeiras relevantes para as actividades específicas da sociedade, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos trabalhadores;
- Uma referência aos montantes inscritos nas contas e explicações adicionais relativas a esses montantes;
- Uma evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu actividade, designadamente no que respeita a condições do mercado, investimentos, custos, proveitos e actividades de investigação e desenvolvimento.

Para além destas informações, coexistem outras, dispersas pelo CSC e mesmo impostas por outros diplomas legais, como, por exemplo, o SNC, que deverão constar do relatório de gestão.

Assim, nos pontos seguintes apresentamos aqueles que entendemos como tópicos principais que importa descrever e explanar, e que, sempre que adequado e possível, deverão ser complementados com a apresentação de quadros comparativos e gráficos ilustrativos para melhor leitura e compreensão das principais grandezas e alterações.

1.2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

Num mundo em constante mutação, cada vez mais globalizado e onde a competitividade não encontra fronteiras, a informação é mais valiosa que nunca e decisiva para a sobrevivência das empresas. Sendo o relatório de gestão um documento que procura espelhar a verdadeira situação da entidade, este não deverá, em abono dessa mesma veracidade, subestimar o contexto macroeconómico e sectorial onde a entidade opera, pois só assim se complementar a análise com as incertezas, riscos e oportunidades, presentes e previsíveis, de modo a obter realmente uma exposição fiel e clara da situação da entidade. Neste enquadramento deverão ser privilegiadas fontes externas credíveis, como, por exemplo, organizações mundiais e organismos do Estado.

1.2.2. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO

A evolução dos negócios e da entidade no período reflecte um conjunto de factos endógenos e exógenos. Os factos mais relevantes devem ser identificados e descritos para melhor compreensão do comportamento dos negócios e dos indicadores económico-financeiros da entidade. Entendem-se por factos relevantes todos aqueles que, de alguma forma, tenham gerado impacto relevante na situação global da entidade e nas suas demonstrações financeiras, como, por exemplo, a conquista de novos clientes/mercados, perda de clientes importantes, alterações significativas nos níveis de endividamento, alterações nos preços de matérias-primas críticas para a entidade, criação ou abandono de produtos, entre outros.

1.2.3. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Neste âmbito, recomendamos que a entidade faça uma divulgação essencialmente narrativa, dando enfoque, nomeadamente, à evolução do volume de negócios, resultado operacional e margem bruta. Quando adequado, esta análise deverá ser efectuada por unidade de negócio ou por mercado nos quais a entidade actue. Por outro lado, a entidade poderá também contextualizar a sua evolução dentro do sector ou sectores em que actua e perante os principais concorrentes.

Em complemento, a entidade deverá ilustrar esta evolução da actividade com recurso aos principais indicadores, sendo que, entre outros possíveis, sugerimos a apresentação dos seguintes indicadores reportados ao período de relato e aos dois períodos anteriores:

Evolução da actividade	Período N		Período N-1		Período N-2
	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor
Volume de negócios					
Margem bruta - Valor					
Margem bruta - %					
Resultado operacional					

1.2.4. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Também aqui a demonstração dos resultados é a peça das demonstrações financeiras que permite analisar o resultado das operações desenvolvidas pela entidade. Entendemos que, no âmbito desta divulgação, a entidade deve efectuar uma análise comparativa dos principais resultados obtidos, apresentando se possível três períodos comparativos.

A gestão deverá efectuar uma exposição apropriada acerca do desempenho da entidade e, complementarmente, apresentar alguns indicadores e rácios, conforme exemplo que se segue:

Resultado das operações	Período N		Período N-1		Período N-2
	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor
Volume de negócios					
Outros rendimentos e gastos operacionais					
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)					
Gastos/reversões de depreciação e de amortização					
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)					
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)					
Resultados financeiros					
Resultado antes de imposto (RAI)					
Imposto sobre rendimento do período					
Resultado líquido do período					

Comummente, as entidades recorrem aos indicadores financeiros de reporte de origem anglo-saxónica (como, por exemplo, o EBITDA e/ou o EBIT). Considerando que se trata de medidas não normalizadas pelas normas contabilísticas, e em torno das quais não existe um consenso alargado relativamente à inclusão de determinadas grandezas (como, por exemplo, a extensão dos juros, dividendos e rendimentos similares, das perdas por imparidade, dos gastos de provisões, dos ganhos e perdas não recorrentes e dos ganhos e perdas pela aplicação do justo valor), somos da opinião que as entidades que recorram a estes indicadores deverão igualmente identificar os pressupostos assumidos e as fórmulas de cálculos utilizadas na respectiva construção.

Comentários

O modelo da demonstração dos resultados por natureza (DRN) preconizado pelo SNC prevê a apresentação em linha separada dos seguintes indicadores:

- Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI);
- Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO).

O SNC incluiu na DRN estes resultados intermédios (RADFI e RO), baseados numa interpretação possível dos conceitos de EBITDA e EBIT, respectivamente.

1.2.5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A estratégia de investimentos encerra um carácter mais político do que operacional e tem como horizontes o médio e o longo prazo. Normalmente, está materializada num documento comumente designado «plano financeiro», onde se definem, entre outras, as políticas de investimento da entidade.

A caracterização da política e do programa de investimentos e de desinvestimentos adoptados pela entidade permite compreender qual o posicionamento estratégico que a entidade pretende ocupar a médio e longo prazo.

Somos da opinião que as informações sobre a política de investimentos poderão ser complementadas com a apresentação de quadros e/ou de gráficos que espelhem comparativamente as quantias dos investimentos e dos desinvestimentos realizados no período e nos dois períodos anteriores, pelo que sugerimos o seguinte modelo de quadro:

Política de investimentos		Período N		Período N-1		Período N-2
		Valor	Variação face ao período anterior %	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor
Investimentos	Investimentos financeiros					
	Propriedades de investimento					
	Activos fixos tangíveis					
	Activos intangíveis					
	Totais					
Desinvestimentos	Investimentos financeiros					
	Propriedades de investimento					
	Activos fixos tangíveis					
	Activos intangíveis					
	Totais					

Também aqui deverão ser apresentadas as expectativas e compromissos de investimento e de desinvestimento que sejam relevantes para a compreensão da evolução previsível da situação e do desempenho da entidade.

Como as políticas de financiamento estão intimamente ligadas às políticas de investimento e de desenvolvimento da entidade, parece-nos razoável e recomendável que seja também efectuada uma breve caracterização das políticas e das fontes de financiamento utilizadas ou a utilizar pela entidade.

1.2.6. ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Com a abertura a novos mercados mundiais é cada vez mais difícil para as empresas, independentemente da área de negócio, diferenciarem-se e posicionarem-se num mercado cada vez mais competitivo e global. A sua produtividade, crescimento e competitividade depende, em muito, da sua capacidade de investigação, desenvolvimento e inovação.

Assim, deverá a entidade (i) caracterizar as actividades de investigação e desenvolvimento em curso ou terminadas no período, (ii) divulgar as participações governamentais obtidas e (iii) divulgar os indicadores principais em matéria de investigação e desenvolvimento, dos quais destacamos os seguintes:

Actividades de investigação (pesquisa) e desenvolvimento		Período N		Período N-1		Período N-2
		Valor	Variação face ao período anterior %	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor
Total de dispêndios com actividades de I&D	Dispêndios reconhecidos como gastos do período					
	Dispêndios capitalizados como activos intangíveis					
	Totais					
Proporção dos dispêndios de I&D no volume de negócios						

Porque este tema também é objecto de divulgação no âmbito da NCRF6, deverá a entidade assegurar e confirmar a coerência e o alinhamento da informação, bem como realizar as remissões que se mostrem adequadas.

Também aqui deverão ser apresentadas as expectativas e compromissos de investigação e de desenvolvimento que sejam relevantes para a compreensão da evolução previsível da situação e do desempenho da entidade.

1.2.7. RECURSOS HUMANOS

O sucesso ou o insucesso operacional passa, em grande medida, pela forma como a entidade gere os seus recursos internos e reage às novas mudanças do meio envolvente. Assim, compreender a evolução do negócio e dos resultados pressupõe um conhecimento aprofundado dos recursos humanos disponíveis. Nesta óptica, relativamente aos recursos humanos, e com a profundidade e extensão adequadas, sugerimos a divulgação das seguintes informações:

- Recursos humanos disponíveis e sua evolução;
- Perfil etário dos recursos humanos da entidade;
- Distribuição dos recursos humanos por níveis de habilitações;
- Antiguidade;
- Absentismo;
- Produtividade;
- Gastos com pessoal.

Assim, e para além das divulgações narrativas que se revelem necessárias, sugerimos a apresentação do seguinte modelo de quadro:

Recursos humanos	Período N	Período N-1	Período N-2
Número de trabalhadores no final do período			
Número médio de trabalhadores ao longo do período			
Idade média dos trabalhadores			
Antiguidade média dos trabalhadores			
Horas de formação totais			
Média de horas de formação por trabalhador			
Gastos com o pessoal			
Gastos médios por trabalhador			
VAB por trabalhador			
Taxa geral de absentismo			
Total de acidentes de trabalho			
Média de acidentes de trabalho por trabalhador			

1.2.8. SUCURSAIS

Caso a entidade possua sucursais, as mesmas deverão ser divulgadas e caracterizadas no relatório de gestão. Neste contexto, apresentamos alguns tópicos de divulgação:

- Denominação social e sede operacional;
- Breve caracterização e evolução da actividade;
- Principais mercados em que realiza as suas operações;
- Apresentação e breve nota explicativa para os principais indicadores económico-financeiros.

Para a apresentação dos principais indicadores económico-financeiros das sucursais sugerimos o seguinte modelo de quadro, a desagregar por cada uma das sucursais e/ou pelos principais mercados geográficos, conforme se mostrar mais adequado:

Principais indicadores económico-financeiros das sucursais	Período N	Período N-1	Período N-2
Volume de negócios			
RADFI			
RAI			
Resultado líquido			
<i>Cash-flow</i>			
Activo líquido			
Passivo			
Capital próprio			

1.2.9. PARTICIPADAS

Quando relevantes no contexto das contas e com especial enfoque para as SGPS, deverá ser apresentada: (i) uma breve caracterização e evolução da actividade desenvolvida pelas participadas e (ii) uma nota explicativa com os principais indicadores económico-financeiros, a desagregar por cada participada e/ou pelos principais mercados geográficos, conforme mais adequado:

Principais indicadores económico-financeiros das participadas	Período N	Período N-1	Período N-2
Volume de negócios			
RADFI			
RAI			
Resultado líquido			
<i>Cash-flow</i>			
Activo líquido			
Passivo			
Capital próprio			
Percentagem de detenção			

1.2.10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A posição da entidade ou a sua situação patrimonial são analisadas com base no balanço, o qual exhibe os recursos obtidos pela entidade (passivo e capitais próprios) e a forma como esses recursos foram aplicados (activo), desdobrados entre correntes e não correntes.

Com base no balanço é possível efectuar uma análise sobre vários indicadores relevantes na caracterização e classificação da entidade. Tais indicadores são muitas vezes utilizados para efeitos comparativos no mercado (ou num segmento deste) pelos leitores das demonstrações financeiras.

Neste contexto apresentamos de seguida alguns dos pontos que podem ser desenvolvidos no relatório de gestão e também alguns rácios ilustrativos:

- **Fontes de financiamento:** os recursos de uma entidade podem ser aportados pelos sócios ou por terceiros. Identificar as origens desses recursos permite conhecer e compreender o grau de alavancagem financeira da entidade;
- **Equilíbrio financeiro:** em termos gerais a regra de ouro da gestão financeira estabelece que os capitais utilizados pela entidade no financiamento dos seus activos devem ter uma maturidade igual ou superior à vida económica destes. Por outras palavras, os activos permanentes devem ser equivalentes aos capitais permanentes;
- **Autonomia financeira:** a autonomia financeira é um dos indicadores mais utilizados ao nível da análise financeira e exprime em que medida o activo está a ser financiado por capitais próprios e por capitais alheios (complementar);



Manual de Prestação de Contas nas Sociedades Comerciais

DUARTE NUNO ARAÚJO

Duarte Nuno Rodrigues da Rocha Araújo, licenciado em economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Técnico Oficial de Contas especialista na área dos Impostos sobre o Rendimento, Revisor Oficial de Contas, docente no Instituto Superior Politécnico de Gaya, formador e *audit manager* na MAZARS.

PATRÍCIA CARDOSO

Patrícia Alexandra Faria Cardoso, licenciada em economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Técnico Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas, formadora e *audit manager* na MAZARS.

JOSÉ NOVAIS

José Armando Novais e Silva, licenciado em economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, pós-graduado em fiscalidade pelo Instituto Superior de Administração e Gestão, Técnico Oficial de Contas especialista na área dos Impostos sobre o Consumo, membro estagiário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, formador e consultor financeiro e fiscal na PINTO LEITE & MACHADO VAZ, SROC.

O processo de relato financeiro em SNC

“A presente obra da forma como está estruturada constitui não só um excelente manual orientativo da estrutura da apresentação das contas, mas também um aliciente ensinamento sobre a sua fundamentação, daí o considerar como uma obra fundamental a ser consultada pelos profissionais e estudantes da contabilidade, em princípio os mais vocacionados para o relato financeiro.”

António Domingues de Azevedo, Bastonário da OTOC

“Prestar contas da gestão efectuada aos activos e negócios é uma nobre atitude, uma prática civilizada e uma exigência consagrada há mais de um século no nosso ordenamento jurídico-empresarial. Incluir nessa prestação de contas informação financeira verdadeira, relevante e fiável é um desiderato há muito prosseguido pelos referenciais contabilísticos. Fazer contabilidade não apenas com o propósito de registar factos patrimoniais, mas também e cada vez mais com o objectivo de relatar informação para os vários interessados na vida das empresas, constitui uma evolução decisiva no paradigma profissional que o SNC veio trazer.

A assimilação dos conceitos e das práticas de relato financeiro previstas no SNC, num quadro amplo de “prestação de contas”, é um desafio para as empresas, os preparadores e os auditores.

Felicito os autores desta importante obra, pois a mesma é um precioso auxiliar para a preparação do “relato financeiro”, num momento em que todos começamos a estar confrontados com o imperativo de apresentação de demonstrações financeiras anuais das empresas de acordo com o novo referencial contabilístico português.”

João A. Santos Cipriano, Revisor Oficial de Contas e membro executivo da Comissão de Normalização Contabilística

“No domínio da prestação de contas, estamos perante um valioso contributo para a respectiva melhoria, pela via da apresentação de sugestões e explicações que decerto a tornarão mais compreensível, sendo de esperar que venha a constituir um referencial nesta matéria.”

José Alberto Pinheiro Pinto, Economista, Fiscalista e Professor Universitário



Dos mesmo autores:

**Manual de Prestação de
Contas nas Entidades do
Setor Não Lucrativo**

Com o apoio:

VidaEconómica

www.vidaeconomica.pt
<http://livraria.vidaeconomica.pt>

